Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A Educação Popular em Saúde na Conjuntura Brasileira Contemporânea: fundamentos epistemológicos, práxis com os territórios e a promoção da democracia com participação comunitária

Pedro Cruz

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Submetido em: 2026-10-28
Postado em: 2026-11-04 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Olgamir Ferreira (ORCID: https://orcid.org/0009-0004-6665-9593)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

A Educação Popular em Saúde na Conjuntura Brasileira Contemporânea: fundamentos epistemológicos, práxis com os territórios e a promoção da democracia com participação comunitária[1]

Popular Health Education in the Contemporary Brazilian Context: epistemological foundations, praxis within territories, and the promotion of democracy through community participation

La Educación Popular en Salud en la coyuntura brasileña contemporánea: fundamentos epistemológicos, praxis con los territorios y la promoción de la democracia con participación comunitaria

Pedro José Santos Carneiro Cruz
(Universidade Federal da Paraíba -UFPB, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0610-3273) [2]

Resumo: O presente ensaio analisa o papel da Educação Popular em Saúde (EPS) no contexto político e social brasileiro contemporâneo. Fundamentado nas experiências do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o texto conceitua a EPS como uma pedagogia crítica, de matriz latino-americana, estruturada no diálogo horizontal entre o conhecimento científico e os saberes populares. A práxis da EPS orienta-se pela superação de iniquidades sociais a partir do enfrentamento de "situações-limite" e da construção coletiva de "inéditos viáveis" nos territórios. São identificados e discutidos oito desafios centrais para a consolidação do campo: a articulação com matrizes decoloniais, feministas e antirracistas; o rigor metodológico das práticas; a sustentabilidade da institucionalização no Sistema Único de Saúde (SUS) sem a perda da autonomia comunitária; o fortalecimento de redes territoriais autônomas; a autoavaliação crítica do movimento; a consolidação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS); o enfrentamento do conservadorismo nos territórios; e a reestruturação da Atenção Primária à Saúde contra lógicas estritamente biologistas e produtivistas. Conclui-se reafirmando a EPS como concepção ético-política indissociável da defesa da democracia, dos direitos constitucionais e da transformação social.

[1] Ensaio escrito entre 26 a 28 de outubro de 2026, no calor dos acontecimentos eleitorais brasileiros de 2026.

[2] Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba. Membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Educação Popular, da UFPB. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0610-3273

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde, Participação Comunitária, Saúde Coletiva

Abstract: This essay analyzes the role of Popular Education in Health (EPS, by its Portuguese acronym) within the contemporary Brazilian political and social context. Drawing on the experiences of the Observatory for Popular Education in Health and Brazilian Reality at the Federal University of Paraíba (UFPB), the text conceptualizes EPS as a critical pedagogy—rooted in the Latin American tradition—structured around a horizontal dialogue between scientific knowledge and popular wisdom. The praxis of EPS is guided by the goal of overcoming social inequities through the confrontation of "limit situations" and the collective construction of "viable unprecendented possibilities" (*inéditos viáveis*) within local territories. Eight central challenges for the consolidation of this field are identified and discussed: integration with decolonial, feminist, and anti-racist frameworks; methodological rigor in its practices; the sustainability of its institutionalization within the Unified Health System (SUS) without compromising community autonomy; the strengthening of autonomous territorial networks; critical self-evaluation by the movement; the consolidation of the National Policy for Popular Education in Health (PNEPS-SUS); addressing conservatism within local territories; and the restructuring of Primary Health Care to move away from strictly biologistic and productivist logics. The essay concludes by reaffirming EPS as an ethical-political conception that is inseparable from the defense of democracy, constitutional rights, and social transformation.

Keywords: Popular Education in Health, Community Participation, Public Health

Resumen: El presente ensayo analiza el papel de la Educación Popular en Salud (EPS) en el contexto político y social brasileño contemporáneo. Fundamentado en las experiencias del Observatorio de Educación Popular en Salud y Realidad Brasileña de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), el texto conceptualiza la EPS como una pedagogía crítica, de matriz latinoamericana, estructurada sobre el diálogo horizontal entre el conocimiento científico y los saberes populares. La praxis de la EPS se orienta hacia la superación de las inequidades sociales mediante el abordaje de «situaciones límite» y la construcción colectiva de «inéditos viables» en los territorios. Se identifican y discuten ocho desafíos centrales para la consolidación de este campo: la articulación con matrices descoloniales, feministas y antirracistas; el rigor metodológico de las prácticas; la sostenibilidad de su institucionalización en el Sistema Único de Salud (SUS) sin perder la autonomía comunitaria; el fortalecimiento de redes territoriales autónomas; la autoevaluación crítica del movimiento; la consolidación de la Política Nacional de Educación Popular en Salud (PNEPS-SUS); el enfrentamiento al conservadurismo en los territorios; y la reestructuración de la Atención Primaria de Salud frente a lógicas estrictamente biologicistas y productivistas. Se concluye reafirmando la EPS como una concepción ético-política indisoluble de la defensa de la democracia, los derechos constitucionales y la transformación social.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Palabras-clave: Educación Popular en Salud, Participación comunitaria, Salud Publica

1. Introdução

A atuação no âmbito da Educação Popular em Saúde insere-se em um momento histórico de profunda inflexão para a realidade brasileira. Na conjuntura política e social contemporânea, impõe-se a necessidade imperativa de uma reflexão densa sobre o projeto de país almejado, não apenas na escala do ciclo político imediato, mas no horizonte estrutural das próximas décadas.

Temos buscado contribuir com esse movimento reflexivo a partir de espaços estratégicos, dentre eles destacando-se o Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira, ancorado institucionalmente no Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Programa de Extensão e Pesquisa "Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)", com apoio do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)/NUPLAR/PROEX e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB.

O compromisso ético central do Observatório reside justamente em oferecer aos educadores e educadoras populares do Brasil um espaço reflexivo, analítico e de intercâmbio sistemático de experiências, propiciando a elaboração crítica acerca dos impactos da conjuntura sobre a práxis cotidiana nos territórios, nos serviços de saúde e nos movimentos sociais.

Os desafios colocados pela realidade brasileira geram, a todo instante, deslocamentos, incertezas e encruzilhadas nas práticas educativas, nas ações comunitárias e nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Enfrentar criticamente esses dilemas constitui pré-requisito fundamental para aperfeiçoar a ação coletiva da Educação Popular em Saúde nesses espaços e formular respostas organizadas frente às transformações históricas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, cumpre analisar detalhadamente as bases conceituais da Educação Popular em Saúde, articulando-as aos dilemas colocados pelo debate político-eleitoral atual, à defesa das instituições democráticas e à consolidação das garantias constitucionais conquistadas na Carta Magna de 1988.

Isso se faz por demais oportuno a partir da retumbante e vigorosa vitória do povo brasileira, consagrada nas urnas e na expressiva votação popular que, nas Eleições Gerais de 2026, elegeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela quarta vez, demarcando, com mais de 64 milhões de votos, o posicionamento Soberano do povo brasileiro em seguir com uma agenda pública e governamental orientada pela inclusão social, por políticas públicas humanistas, por uma perspectiva progressista de governo e pela comunicação intensa e incessante entre ruas, redes e governo, com um desejo profundo de participação ativa, crítica e propositiva da nação nos rumos da condução do país, com soberania nacional.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Assim, o presente ensaio visa pontuar algumas questões acerca das interfaces do campo da Educação Popular em Saúde, com seus movimentos e suas práticas, ante a essa conjuntura, considerando ainda serem elaborações tecidas no calor dos acontecimentos, mas que cumprem a função de contribuir na alimentação e continuidade dos debates acerca do país que queremos e como vislumbramos o papel da Educação Popular em Saúde nesse contexto.

2. Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Educação Popular em Saúde

A Educação Popular em Saúde constitui uma concepção teórico-metodológica que fundamenta, orienta, inspira e pauta o planejamento, a construção e o desenvolvimento de atividades na área de saúde em suas mais variadas dimensões e expressões. Sejam atividades de cuidado, sejam realizações no campo do controle social e da participação comunitária, sejam processos formativos e de educação permanente dos trabalhadores e estudantes da área de saúde, seja mesmo nos empreendimentos e arranjos de gestão do SUS, a Educação Popular em Saúde contribui com o aporte de premissas ético-políticas balizadoras e com a proposição de abordagens e metodologias conducentes a processos em saúde que se pautem por perspectivas críticas, mas sobretudo com a participação ativa, crítica, criativa e propositiva em todas as suas etapas, tendo no diálogo uma mediação central e na inserção profunda na realidade uma condição ímpar.

Dessa forma, há mais de seis décadas, a Educação Popular em Saúde vem tendo sua história escrita, contada e expressa de maneira rica e potente por diversas experiências, de monta mais capilarizada ou de escopo mais complexo, mas sempre aportando bases sólidas para o desenvolvimento de ações, estudos, pesquisas e trabalhos sociais e comunitários no âmbito da Saúde Coletiva, incluindo aportes para o delineamento e a consecução de políticas públicas e de ações e serviços do SUS.

Por tudo isso, detém um caráter eminentemente transversal, na medida em que não, ela mesma, um tema específico, mas constitui uma concepção que define uma metodologia para o trabalho educativo em saúde que pode, deve e vem contribuindo de maneira consistente e ampla em diversas questões, temas e discussões no âmbito da Saúde Coletiva e das realizações e políticas várias do SUS.

Para delimitar o escopo da Educação Popular em Saúde, cumpre realizar uma rigorosa aproximação epistemológica da sua natureza conceitual (CRUZ et al, 2024). Temos conceituado Educação Popular em Saúde como uma pedagogia humana, social e crítica, autóctone da América Latina, que constitui um processo de aprendizagem e de ensino, cujo ponto de partida consiste da realidade social, suas determinações e complexidades, e é tecida a partir do mergulho radical e intense das pessoas Nessa realidade e no estabelecimento de laços e relações de convivialidade e colaboração entre os sujeitos, com vistas a desvelar situações-limite e desafios presentes nesse

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

contexto e delinear conjuntamente estratégias de resistências e superações por meio de inéditos-viáveis e novos caminhos, permeados necessariamente por trabalhos sociais e comunitários com a utilidade de constituir tecnologias e formar atores e atrizes para atuar criticamente sobre a realidade, bem como com a intencionalidade de transformar as condições de iniquidade, exclusão e vulnerabilidades ali presentes.

Assim, longe de constituir uma categoria genérica, como por exemplo com a associação de tal pedagogia meramente a seu público participante ou ao local de sua realização, a Educação Popular configura-se estritamente como um fenômeno pedagógico e social fundamentado em processos dialógicos de ensino e de aprendizagem. Sob a inspiração de uma vigorosa e profunda fundamentação teórica, assentada na contribuição de diversas autoras, de muitos autores e de expressivas experiências desde a década de 1950, de forma mais sistematizada, afasta-se de concepções reducionistas que tendem a nivelar a Educação Popular a qualquer manifestação de caráter informal ou evento pontual. A especificidade conceitual do campo reside no caráter recíproco e simétrico da mediação pedagógica: trata-se de um espaço no qual todos os sujeitos participantes ensinam e aprendem continuamente, em permanente construção compartilhada.

Caminhando nessa direção, Palmira Lopes (2019) fundamenta a Educação Popular em Saúde em bases como o cuidado integral à saúde e a valorização dos saberes comunitários e ancestrais. Para Palmira, a saúde ultrapassa o modelo biomédico e a ausência de doenças, constituindo uma prática ética e afetuosa articulada às condições concretas de vida, à alimentação, ao meio ambiente e ao uso de plantas medicinais. Na percepção dessa pensadora ancestral e referência popular em saúde, a pedagogia da Educação Popular em Saúde apoia-se no diálogo horizontal entre o conhecimento popular e o científico, exigindo dos profissionais e educadores a escuta atenta das comunidades. Longe de limitar-se à transmissão de orientações sanitárias, a Educação Popular atua como ferramenta de mobilização e fortalecimento comunitário, estimulando a criação de redes autônomas de apoio.

Por sua vez, Eulina Pereira Ferreira (2025) fundamenta a Educação Popular em Saúde na articulação indissociável entre participação social, promoção da saúde e emancipação humana, compreendendo a educação como um processo contínuo de construção cidadã a partir do território. Em sua perspectiva, a Educação Popular constitui uma prática reflexiva e crítica que toma a realidade cotidiana das populações como ponto de partida para o desvelamento das determinações sociais da saúde e da vida. O foco da ação pedagógica desloca-se da mera transmissão de conteúdos para a criação de espaços dialógicos de escuta, troca e convivência, nos quais o saber acadêmico-científico e os saberes populares/comunitários se encontram em constante cooperação epistemológica.

Os postulados dessas intelectuais orgânicas do mundo popular se encontram com o que fundamenta José Francisco de Melo Neto (2001): o popular da Educação Popular expressa,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

sobretudo, uma metodologia. Nessa perspectiva, a Educação Popular recusa intervenções pontuais, palestras instrucionais isoladas, campanhas episódicas ou ações assistencialistas desvinculadas da dinâmica comunitária. Trata-se de um fazer processual, contínuo e pacientado, cuja construção se aproxima da lógica de um mutirão popular: uma tessitura erguida tijolo por tijolo, na qual o cimento que sustenta a estrutura é a cooperação consciente, o diálogo e o cuidado mútuo. Esse caráter processual exige o engajamento contínuo dos sujeitos, antecedendo e desdobrando-se em etapas de planejamento, execução, avaliação e repactuamento contínuo da ação coletiva.

Além da dimensão estritamente pedagógica, a Educação Popular em Saúde vincula-se ontologicamente à categoria trabalho, compreendido em sua acepção filosófica ampla como a ação criativa, criadora, consciente e transformadora das mulheres e dos homens sobre o mundo objetivo e suas contradições. Entendendo que o tempo do presente é tempo de possibilidades, o fazer da Educação Popular se ancora, necessária e obrigatoriamente, em uma dedicação profunda a iniciativas que busquem a promoção de mudanças. Nesse sentido, intensamente propositiva, a Educação Popular orienta práticas e fazeres que invistam fortemente na promoção de deslocamentos, no acentuamento de tensionamentos e contradições, na perspectiva de gerar movimentos e mudanças de estruturas e condições que estejam causando dor, opressão e incomodo para os grupos sociais populares e a classe trabalhadora.

Essa ação, voltada à transformação da realidade, busca modificar as determinações materiais e sociais que produzem sofrimento, exclusão e iniquidades. Assim, a práxis da Educação Popular tem como ponto de partida compulsório a realidade social concreta, recusando pautas abstratas ou agendas pré-fabricadas por agentes externos sem escuta prévia e imersão comunitária. O horizonte da intervenção pedagógica é traçado por aquilo que a própria realidade territorial provoca, inquieta e demanda dos sujeitos.

Metodologicamente, a tecelagem da Educação Popular opera pelo encontro democrático entre as diversas matrizes do saber. Reconhecem-se e valorizam-se os 'saberes da vida' — os saberes populares, ancestrais, comunitários e de experiência feito —, colocando-os em diálogo horizontal com os saberes de origem científica e técnica. Sem descambar para o romantismo ingênuo ou para a supervalorização acrítica de determinado saber em detrimento de outro, busca-se a cooperação epistemológica entre esses saberes da vida de fontes distintas, para o desvelamento das 'situações-limite'.

Na perspectiva de Paulo Freire (1992), as situações-limite representam os obstáculos históricos e as estruturas de opressão que geram desumanização e dor. O enfrentamento dessas situações dá-se pela construção coletiva e solidária dos 'inéditos viáveis' — propostas inéditas, alternativas e exequíveis que impulsionam os sujeitos rumo à superação das barreiras materiais e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

sociais postas pela realidade. Propostas de resistência, questionamento e superação que se caracterizam pela educação e pelas relações sociais e humanas, não pela violência.

A dimensão metodológica da Educação Popular em Saúde guarda relação de absoluta dependência com sua postura ético-política. O modo de gerir, organizar e conduzir a prática educativa condiciona de forma direta os seus conteúdos e resultados. Ou seja, diz muito se um processo educativo é popular se, e quando, esse processo possui procedimentos que promovam, eles mesmos, suas intenções. Assim, não basta anunciar e verbalizar intenções humanistas e progressistas, se os procedimentos e a forma de gestão das experiências e processos educativos não forem, eles mesmos, também permeados pelo humanismo, pela participação, pelo diálogo, pelo cuidado, pela emancipação e respeito à autonomia, dentre outras premissas essenciais.

Estruturas organizativas autoritárias, burocráticas ou manipuladoras anulam radicalmente o potencial emancipatório da proposta da Educação Popular em Saúde, ainda que o discurso verbalizado seja libertador. Exige-se uma vigilância permanente quanto à coerência entre o referencial teórico proclamado e a conduta metodológica adotada no chão do território e no concreto dos processos educativos. A amorosidade, a ética do respeito, a alteridade, a empatia, o vínculo afetivo e a escuta sensível devem ser exercitados no presente, prefigurando nas sociabilidades atuais o modelo de sociedade fraterna e justa que se pretende edificar.

3. Análise Crítica dos Desafios Contemporâneos do Campo da Educação Popular em Saúde

A consolidação da Educação Popular em Saúde na conjuntura contemporânea enfrenta um conjunto denso de desafios que demandam estudo, autocrítica e redirecionamento estratégico. O primeiro grande desafio reside na necessidade imperativa de ampliar o diálogo e o intercâmbio com outras matrizes pedagógicas críticas, decoloniais e insurgentes. Faz-se necessário superar atitudes e gestos, por parte especialmente de lideranças do campo, que, por vezes, incidem em um certo isolamento autocentrado ou dogmático, por conceber a Educação Popular em Saúde como redentora de tudo, como se tudo pudesse explicar, resolver e superar. É imprescindível, cada vez mais, exercitarmos, enquanto educadoras e educadores populares, a humildade epistemológica, a autocrítica e a percepção de nossos limites e inconclusões, reconhecendo que processos educativos emancipatórios vêm sendo gestados em múltiplos espaços que não necessariamente utilizam a nomenclatura formal de 'educação popular', ou mesmo que não trabalham necessariamente com as mesmas categorias e eixos que nosso campo, mas que, não menos importante, agregam também substanciais contribuições às práticas educativas emancipadoras e humanistas em saúde. O otimismo de nossas práticas não deve nos fazer ignorar as potencialidades de outras propostas educativas e pedagógicas, ou mesmo de correntes teóricas afins.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Assim, por exemplo, torna-se urgente incorporar as contribuições das pedagogias feministas, das epistemologias antirracistas e afrocentradas do movimento negro, das cosmologias dos povos originários e comunidades tradicionais, da pedagogia da coexistência do movimento indígena e quilombola, das lutas das pessoas com deficiência, das populações ciganas, da pedagogia dos movimentos de pessoas em situação de rua e das pedagogias emergentes do movimento LGBTQIA+. Essa abertura epistemológica exige combater o academicismo e a postura autorreferenciada da universidade, na qual a racionalidade científica por vezes coloniza os saberes comunitários e distancia o movimento das suas bases de sustentação, mesmo no campo da Educação Popular em Saúde, a qual precisa, de fato, pautar e permear o debate acadêmico, mas sem deixa-se "academicizar" ao ponto de desconsiderar as cosmovisões e epistemológicas emergentes e insurgentes dos povos e dos movimentos sociais populares.

O segundo desafio refere-se à exigência de maior rigor metodológico e aprofundamento teórico na execução das práticas de Educação Popular em Saúde. Constata-se, com alguma frequência, uma distância incômoda entre o discurso institucional e formal, de muitas de nossas lideranças e de muitas práticas, que evoca Paulo Freire e a efetiva e concreta conduta pedagógica das ações nos territórios. Evoca-se diálogo, mas não se pratica o diálogo. Enuncia-se a amorosidade, mas pratica-se a desumanização. Sim, tais contradições permeiam algumas de nossas práticas e precisam ser explicitamente assumidas para poderem ser enfrentadas e superadas. A obra freiriana e os referenciais da Educação Popular não podem ser reduzidos a ornamentos discursivos em apresentações institucionais ou relatórios oficiais. O rigor exige o estudo analítico e a aplicação criteriosa de conceitos fundamentais como diálogo, participação, criticidade, amorosidade e autonomia, bem como o domínio metodológico sobre as abordagens pedagógicas — a exemplo dos círculos de cultura, rodas de conversa, oficinas, vivências e místicas —, tratando-as como processos complexos de problematização da realidade e não como meras dinâmicas de entretenimento.

Em terceiro lugar, aponta-se a necessidade de estabelecer um ponto de equilíbrio nos processos de institucionalização da Educação Popular em Saúde. Embora a inserção da Educação Popular no aparelho de Estado e no SUS represente uma conquista histórica inestimável, mapeia-se o risco de que a burocratização e o engessamento institucional cooptem o movimento, reduzindo a Educação Popular a programas estéreis ou dispositivos de adequação de metas. Ou seja, partilho a preocupação de que a institucionalização não se desdobre em estatização fisiológica e excessiva dos movimentos e das práticas de Educação Popular em Saúde. Não é fácil lidar com a dinâmica complexa do aparelho estatal. Mesmo no horizonte progressista do atual e future Governo Federal do Presidente Lula, intensamente compromissado com políticas públicas e sociais humanistas e emancipadoras, permeadas pela participação social e comunitária, é mister concordar que há limites e desafios substanciais para permitir que o aparelho governamental se

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

conecte com os desejos e os anseios concretos emergentes de tais práticas, bem como é desafiador fazer que com as políticas públicas, com suas amarras institucionais, respeite as formas próprias de organização e dinâmica das práticas populares e comunitárias e dos movimentos sociais populares.

Ademais, embora precisemos, efetivamente, continuar permanentemente lutando para que o Estado brasileiro seja pautado por uma orientação democrática, popular e Soberana, que escute, considere e atenda Às necessidades e demandas das camadas populares e da classe trabalhadora, o que inclui as realizações em Educação Popular em Saúde, um excesso de institucionalização no movimento de Educação Popular em Saúde pode incidir em um investimento também excessivo de energias e de dedicação em um Estado que, embora parceiro por ocasião do Governo do Partido dos Trabalhadores, é, em sua natureza, mais afeito ao atendimento à burguesia e ao capital nacional e internacional, e, no futuro, em momentos eventuais de derrota do campo democrático e popular, voltará profunda e expressamente a server a seus senhores maiores.

Por tudo isso, a institucionalização não deve distanciar a prática da sua fonte primária: as iniciativas educativas de base, as experiências territoriais e os movimentos sociais autônomos. Os investimentos públicos e as agendas políticas precisam priorizar o fortalecimento direto das bases comunitárias, assegurando sustentabilidade às iniciativas locais e valorizando atores e atrizes que mantêm inserção real no cotidiano comunitário, em detrimento de protagonismos institucionais desvinculados do chão do território. Dessa forma, penso ser um importante desafio primar, no contexto das ações governamentais e de institucionalização da Educação Popular em Saúde, priorizar o apoio, o fomento e a promoção incessante de práticas, movimentos, iniciativas, ações, projetos e programas de base, protagonizados seja por movimentos, práticas e coletivos comunitários populares, seja por instituições de ensino, extensão e pesquisa. Com isso, articular uma rede colaborativa de realizações em Educação Popular em Saúde e incidência sobre as políticas públicas e as ações sociais territorializadas do Governo. Mais apoio, mais descentralização, menos domínio do Estado e seu aparato burocrático e menos centralização.

Assim, o fomento estatal à PNEPS-SUS não deve focar-se na concentração de recursos em grandes projetos institucionais centralizados, mas sim na distribuição capilarizada de investimentos diretamente voltados às experiências comunitárias, aos conselhos locais e aos coletivos territoriais.

Nessa perspectiva, o quarto desafio correlaciona-se com a formulação de um projeto democrático e popular de nação fundado no equilíbrio entre o Estado e a autonomia da sociedade civil. A trajetória recente do país — especialmente no período de crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 — demonstrou de maneira categórica que as redes de solidariedade comunitária, as lideranças locais e as organizações de base constitutiva foram os principais bastiões de sustentação da vida e de garantia do apoio social nas periferias brasileiras,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

compensando a omissão deliberada do governo federal do ex-presidente que ocupou o Palácio do Planalto entre 2019 e 2022. O fortalecimento das 'forças vivas da sociedade' e o apoio às ações comunitárias independentes constituem a garantia de que, mesmo diante de eventuais rupturas ou retrocessos governamentais, a população organizada preserve sua capacidade de resistência e autocuidado.

Com isso, desejamos salientar que as práticas e os processos educativo populares precisam incluir, entre suas principais preocupações e frentes de ação, o tecer permanente e coletivo de redes locais de apoio social e de solidariedade, fortalecendo a força de resistência e de solidariedade ante aos momentos mais desafiadores, bem como enaltecendo as possibilidades de autonomia e autogestão da própria comunidade e de seus movimentos na identificação de frentes prioritárias de ação e de atenção para intervenção crítica, propositiva e interventiva no concreto de condições e contextos que estejam gerando exclusão, iniquidades e vulnerabilizações.

Como quinto desafio, destaca-se a urgência de uma permanente autoavaliação crítica do próprio movimento de Educação Popular em Saúde brasileiro. Além do necessário aprendizado com outras perspectivas teóricas e fontes pedagógicas, bem como com as cosmovisões e epistemologias autóctones dos povos originários e dos movimentos sociais, o movimento de Educação Popular em Saúde deve exercitar a humildade de reconhecer o caráter inconcluso e inacabado de suas iniciativas, dispondo-as ao exame reflexivo rigoroso. Como alguém que convive intensamente com a construção do campo da Educação Popular em Saúde há 23 anos, posso afirmar que, em muitas ocasiões, seus sujeitos, com suas práticas, dedicam-se mais à afirmação do otimismo e dos inéditos-viáveis de suas práticas do que em enunciar lacunas, limites, desafios, contradições e fragilidades, não apenas para “jogar pedras”, ou tampouco para “criticar por criticar”, mas sobretudo para se encontrar necessidades novas de aprendizado, de avanço e frentes estratégicas de aprimoramento do campo para a continuidade e avanço qualificado de suas realizações.

É preciso, por exemplo, problematizar em que medida as decisões estratégicas do campo vêm sendo tomadas de forma genuinamente participativa, plural e descentralizada. Igualmente, faz-se necessário superar a fragilidade de comunicação e a dispersão que hoje marcam a relação entre os diferentes coletivos, articulações e redes nacionais de Educação Popular em Saúde, promovendo uma integração estratégica orientada à defesa comum dos princípios do campo. Em boa monta, os coletivos de Educação Popular em Saúde encontram-se um tanto afastados, com pouco diálogo e com inferior ainda percepção de estratégias de composição de agendas comuns capazes de subsidiar iniciativas e mudanças estruturante para o crescimento e a evolução desse campo na Saúde Coletiva e no SUS.

Por sua vez, o sexto desafio incide diretamente sobre o fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS). Em nosso modo de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

compreender, é fundamental defender o pleno funcionamento do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS), como recentemente ocorrido, entendido como instância colegiada, plural e deliberativa, responsável por pactuar, acompanhar e avaliar a implementação da política. Na mesma linha, ao tempo em que constitui avanço histórico a reconstituição de uma Coordenação de Educação Popular em Saúde no âmbito do Ministério da Saúde, por iniciativa do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva, no ano de 2025, deve-se reforçar o papel de tal Coordenação como espaço animador de um amplo e expressivo processo de construção coletiva e compartilhada dos caminhos de atuação da Educação Popular em Saúde no e com o SUS. Para tanto, reunindo os diversos coletivos, movimentos e lideranças do campo para um debate franco, aberto e autêntico sobre prioridades a serem perseguidas, objetivos a serem alcançados e estratégias a serem desenvolvidas nesse âmbito. Para tanto, o CNEPS é uma instância fundamental, e, para tanto, sua composição precisa ser diversa, inclusiva e contemplar interlocutores, experiencias e instituições que tenham um compromisso histórico com esse campo, suas práticas e movimentos, tendo o cuidado de não deixar à margem qualquer ator institucional ou movimento que seja.

Certamente, o debate resultante dessa ação ampla e coletiva resultará em inúmeras propostas e possibilidades, e provavelmente em conflitos de ideias e em divergências de opiniões. Contudo, o diálogo autêntico, franco, diverso e profundo pode e deve conduzir iniciativas de mediação que consigam constituir consensos e proposições que façam avançar, da maneira necessárias, a condução das pautas desse Comitê e dessa Coordenação. Assim foi, por exemplo, no período de construção da PNEPS-SUS, da qual participei de forma próxima e intensa, onde tínhamos reuniões extensas e cansativas, mas necessárias, para se construir consenso ante a tantas diversidades e pluralidades. Tal forma de condução é, certamente, muito mais profícua do que outras maneiras de tomadas de decisões, por exemplo, por grupos pequenos, por lideranças centralizadoras ou por interlocutores que tenham mais habilidade de articulação político-institucional.

Nessa linha, é imprescindível valorizar a base, ou seja, trazer para o debate da construção da PNEPS-SUS, por meio do CNEPS, não apenas representações de coletivos, redes, movimentos e instituições, mas também com atores e atrizes que protagonizem experiências concretas de Educação Popular em Saúde nos territórios e nos serviços, trazendo, para o debate da PNEPS-SUS, os desafios, as demandas e as proposições emergidas no fazer concreto do cotidiano prático das ações. Com isso, valorizar também práticas, experiencias e projetos que sejam referência no campo da Educação Popular em Saúde, trazendo-os para junto do debate propositivo em torno de seu contínuo fortalecimento no SUS.

O sétimo desafio situa-se no enfrentamento qualificado ao avanço do conservadorismo, da extrema-direita e do neofascismo na sociedade brasileira. O cenário político contemporâneo

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

revela a disseminação sistemática de cadeias de desinformação (fake news) e discursos de ódio que capturam a subjetividade das classes populares. A resposta da Educação Popular a esse fenômeno não se dará pelo isolamento ou pelo debate puramente teórico; efetiva-se na presença ativa nos territórios, no "face a face", no cultivo de vínculos de confiança e na construção de canais de comunicação popular que disputem sentido no cotidiano comunitário.

Muito do avanço da extrema direita nos territórios e comunidades populares se deu pelo afastamento sistemático do Estado do cotidiano e da capilaridade desses contextos, o que se observa, em muitos casos, pelo crescente afastamento que muitas gestões do SUS em alguns municípios foram perpetrando do Agente Comunitário de Saúde em relação ao território, delimitando, em boa monta, o raio de suas ações às quatro paredes das unidades de saúde, em detrimento da preservação e ampliação de sua presença ativa e expressiva onde a vida acontece – nos territórios. A partir dos espaços vazios, onde havia presença do Estado, por meio dos Agentes e de outros profissionais e serviços – passaram a se apresentar outros interlocutores sociais, promovendo ações e ofertando apoio ante aos problemas comunitárias e às necessidades prementes expressas nos territórios, mas fazendo-o com base em premissas ético-políticas de cunho ultraconservador. Certamente, essa não é, nem de longe, a única explicação para o avanço da extrema direita na capilaridade da vida social das camadas populares, mas é fato que a crescente desestruturação e o esvaziamento de estratégias e políticas públicas que teciam as ações sociais nos territórios na capilaridade de sua realidade e na construção colaborativa e convivialidade com seus atores locais levou a uma ocupação desses microcontextos locais e comunitários por agentes políticos compromissados com o estabelecimento de uma agenda de retrocessos civilizatórios no país.

Nesse sentido, é fundamental pautar, o quanto mais, a promoção da realização e desenvolvimento de políticas públicas de forma descentralizada e que sejam tecidas em consonância e interação permanente com a realidade que pulsa no concreto vivido nos territórios e com os saberes, anseios, demandas e propostas dos interlocutores locais e grupos socialmente territorializados. A estratégia dos agentes populares e/ou territoriais de políticas públicas, desenvolvida no Governo Lula 3, a partir de experiencias bem sucedidas oriundos dos movimentos sociais populares, demonstra-se significativamente potente, ao reestabelecer a possibilidade de termos agentes de políticas públicas que não apenas conheçam as especificidades dos territórios em suas diversas realidades, mas que criem espaços de formação, comunicação, articulação e mobilização para que as políticas públicas efetivamente sejam capilarizadas não apenas por decretos ou portarias que saiam do Governo Federal para os municípios, mas que sejam arejadas pelo diálogo com as diferentes formas de pensar, agir e sentir da população e os níveis de conexão entre tais aportes e as ofertas do Governo, de maneira que a população se aproprie das propostas colocadas em pauta pelo Estado, ao mesmo tempo que indique críticas,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

sugestões e aperfeiçoamentos que conectem mais profundamente o fazer de tais propostas com suas necessidades concretas e com as diferentes formas de identidade e realização cultural local.

Na mesma linha, urge pautar espaços de maior convivialidade dos educadores e das educadores populares nos contextos de relações sociais e humanas territorializada, inclusive para, pelo encontro e pelo diálogo respeitoso, repolitizar as práticas de saúde, enfrentando abertamente o racismo estrutural, a misoginia, a LGTBQIAP+fobia, o capacitismo e as opressões correlatas, ocupando os espaços sociais comunitários — como feiras, bodegas, campos de futebol e associações — que foram abandonados pela ação pública e cooptados por discursos ultraconservadores.

O oitavo desafio vincula-se à reestruturação da Atenção Primária à Saúde (APS) como espaço de convivência, participação social e promoção da vida. Em que pesem os significativos avanços tidos na atual gestão do Governo Federal, incluindo mais investimentos em infraestrutura, tecnologia e apoio às unidades de APS em todo o país, com um rigoroso e central Censo da APS brasileira desenvolvido em parceria com Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), da qual faço parte, e ainda a retomada, reestruturação e ampliação de equipes estratégicas, como as equipes multiprofissionais no apoio à Saúde da Família, a realidade é que a prática cotidiana de muitas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ainda tem sido marcada, em boa medida, por práticas de cuidado de cunho curativista e percebe-se ainda necessidade de uma maior e mais expressiva ênfase de ações de Abordagem Comunitária, Participação Social e Educação Popular em Saúde, nas bases mesmas da Promoção da Saúde, na agenda e no processo de trabalho das equipes.

Especialmente em virtude dos retrocessos postos pela última versão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e os desmontes impostos ao SUS pelos Governos Temer e Bolsonaro, com um processo de regresso produtivista promovido por reformas gerenciais recentes na APS brasileira, temos, mesmo no período atual, muitas Unidades Básicas de Saúde que se operacionalizam, na prática, como 'pronto-atendimentos básicos', ou como eu chamo resumidamente – “upinhas”, focadas exclusivamente no manejo de queixas biológicas, na prescrição de medicamentos e no cumprimento de metas burocráticas.

Temos no horizonte, portanto, o desafio de sermos mais assertivos no resgate do modelo de Saúde da Família orientado pela Abordagem Comunitária, na qual os profissionais de saúde extrapolam as paredes do consultório para vivenciar a comunidade, fortalecer os conselhos locais de saúde, promover práticas integrativas e construir estratégias de bem-viver pautadas pela reciprocidade e pela participação cidadã. Tal perspectiva inclui, fundamentalmente, o cuidado clínico direto – individual e coletivo, mas de forma indissociavelmente articulada às ações coletivas e às iniciativas de promoção e prevenção em saúde, compondo uma agenda de trabalho nas equipes em cujo centro não está o consultório, mas um planejamento que tem como centro o

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

território e como imagem-objetivo a programação pactuada de iniciativas de identificação dos principais problemas comunitárias e o desvelamento de ações, estudos e estratégias para sua superação.

4. Conjuntura Política, a Carta Magna de 1988 e a Defesa Intransigente da Democracia

A análise da Educação Popular em Saúde torna-se incompleta quando desvinculada do panorama macroestrutural e político do país. A aproximação dos 40 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 exige o resgate da sua dimensão histórica e pedagógica. A Constituição Cidadã foi forjada no bojo das lutas e resistências sociais que permearam o enfrentamento de setores progressistas da sociedade brasileira ante mais de duas décadas de ditadura militar no Brasil, refletindo o desejo soberano do povo brasileiro pela instituição de um regime democrático pautado pela participação popular na condução das políticas públicas. Sob esse marco, a ação do Estado deixou de ser concebida de modo autoritário e arbitrário para colocar-se em sintonia com a voz, a autonomia e a capacidade propositiva da sociedade civil.

A concepção de participação consagrada pela Carta de 1988 extrapola somente o exercício do ato periódico do voto no processo eleitoral. Fundamenta-se na gestão democrática cotidiana nos territórios — mediante a atuação contínua de conselhos de saúde, comitês, fóruns e comissões, dentre outros dispositivos e instâncias de participação social —, garantindo que as diretrizes do Estado expressem as reais necessidades e prioridades da população. Da mesma forma, o texto constitucional consagrou a perspectiva dos direitos humanos e sociais fundamentais, recusando a lógica neoliberal que pautava o ambiente político e social dá década de 1980, quando a Constituição foi construída, modelo econômico que transfere ao indivíduo a responsabilidade exclusiva pelo seu bem-estar social. Em direção contrária, apesar das pressões econômicas e sociais da época, a Constituição estabeleceu, graças à expressiva mobilização popular, o dever inalienável do Estado em assegurar proteção social universal, garantindo o direito à educação, à saúde pública de qualidade, à alimentação adequada e saudável, entre outros direitos, enquanto bases da cidadania e da dignidade humana para todas e todos, com especial atenção às pessoas com mais prementes situações de vulnerabilidades e iniquidades.

Todavia, o percurso entre a garantia legal inscrita no papel e a sua concreta efetivação na vida diária do povo trabalhador exige permanente mobilização social, vigilância e engajamento. A história brasileira demonstra que as conquistas sociais não são definitivas e sofrem constantes ameaças de forças políticas reacionárias.

O cenário eleitoral recente trouxe à tona o risco iminente de retrocessos de ordem civilizatória. A experiência histórica do Brasil sob governos de viés austero e autoritário, sobretudo nos períodos de 2016 a 2018 e 2018 a 2022, revelou os efeitos desastrosos da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

precarização deliberada do SUS, do represamento de recursos públicos, da imposição de reformas trabalhistas e previdenciárias altamente desfavoráveis à classe trabalhadora e da extinção sumária de órgãos de participação social — como a cassação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde como um dos primeiros atos do então Governo Bolsonaro em 01 de janeiro de 2019.

Diante desses riscos reais, mesmo nos tempos atuais, onde a democracia persiste, resiste e se afirma, ainda mais com o expressivo resultado eleitoral que confluiu na vitória do Presidente Lula em 2026, e com ele a agenda pública de valorização das políticas sociais e da participação popular na ação governamental, a Educação Popular em Saúde assume a tarefa ética de qualificar a reflexão crítica no interior das comunidades, promovendo a defesa irrestrita do regime democrático e dos direitos humanos.

Sustentando-nos na premissa de que a história é um campo aberto de possibilidades e que a ação humana é dotada de poder transformador, nosso dever histórico, enquanto educadores e educadoras populares está, irremediavelmente, na recusa à apatia ou ao fatalismo. O engajamento no debate político e eleitoral deve dar-se de forma analítica e aprofundada, estimulando a apropriação dos programas governamentais, o exame rigoroso da trajetória dos atores políticos e a identificação do projeto de sociedade que mais fielmente dialoga com os princípios da dignidade, da equidade e da justiça social.

Contextualizar a Educação Popular em Saúde exige situá-la no horizonte político e social contemporâneo do Brasil. Partimos da premissa ético-política de pertencimento ao campo democrático e popular e à Educação Popular, cuja fundamentação reside no compromisso com o trabalho social, com a ação comunitária e com a produção de conhecimentos cientificamente balizados e socialmente úteis. Trata-se de subsidiar práticas capazes de promover transformações concretas diante das iniquidades e injustiças sociais presentes nos territórios e nos serviços públicos, sejam estes de saúde, educação ou assistência social.

A Educação Popular vincula-se ontologicamente a uma visão de mundo marcada pela inconformidade frente aos processos de opressão e desumanização. Ainda que vigorem garantias constitucionais e o direito inalienável à saúde e à educação no Brasil, a operacionalização cotidiana dessas políticas no chão das instituições (como escolas e Unidades Básicas de Saúde) revela contradições, conflitos e fragilidades. A práxis da Educação Popular atua precisamente nesse cenário: recusa respostas simplistas ou idealistas e se orienta pelo rigor da experiência concreta e pela capacidade propositiva de transformar a realidade e aprimorar as políticas públicas.

No plano conjuntural, a reflexão acerca das dinâmicas eleitorais no contexto das Eleições Gerais de 2026 e da reafirmação do campo progressista evidencia a relevância da mobilização

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

social, que se traduziu e concretizou pela vitória do projeto democrático e popular representado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Partido dos Trabalhadores. Ante os acontecimentos do dia 25 de outubro de 2026, a vitória eleitoral e a afirmação de um projeto democrático demonstram a rejeição popular a agendas pautadas pelo retrocesso de direitos, pela austeridade e pela fragilização das instituições – elementos todos representados pela agenda da extrema direta e do bolsonarismo, os quais foram rechaçados com veemência pela população na expressão da vontade da maioria dos eleitores votantes, com número superior à quatro milhões de votos de diferença.

Não obstante, a análise crítica e dialética nos exige reconhecer as lacunas existentes na atual gestão do Governo Federal, na relação entre a gestão pública e as demandas das classes populares, e pensar em caminhos de maior sintonia, sincronicidade e conexão dos anseios autênticos e orgânicos das camadas populares com a ação e as ofertas do Governo, sobretudo pela capacidade da gestão em escutar, acolher, compreender e responder às necessidades das pessoas e suas propostas e possibilidades de caminhos de implementação das políticas públicas de forma coesa e coerente com a realidade concreta dos territórios e os desafios efetivos expressos pelo cotidiano das pessoas.

Observa-se, por vezes, um distanciamento entre as instâncias dirigentes e a realidade cotidiana vivida pela população nos territórios. A insatisfação manifestada por setores da sociedade frente a fragilidades na oferta de serviços públicos fundamentais, mesmo no período atual — como no atendimento em saúde — reforça que a garantia de direitos não se limita à dimensão normativa do que prevê a Constituição Federal e todos os demais marcos legais, mas exige acolhimento, humanização e efetividade na ponta. E que, por mais que o Governo Federal proponha e implemente oportunidades e medidas expressivas de qualificação e fortalecimento das políticas públicas sociais - o que de fato ocorreu nesse ciclo do Governo Lula 3, em muitas vezes o resultado concreto chega com fragilidades nos territórios, seja por desafios próprios das dinâmicas locais, seja por questões atinentes a contradições na forma como gestões de nível municipal e estadual implementam a descentralização e capilaridade de algumas políticas.

Nesse contexto, especialmente por ocasião do segundo turno das Eleições Gerais de 2026, as manifestações populares articuladas tanto nas redes digitais quanto na presença física nos territórios e nas ruas reafirmam a centralidade do participação social na vida pública brasileira, na medida em que a população recuou-se, com efusividade, a silenciar ante a possibilidade de retrocessos na agenda pública nacional e, mais do que isso, demonstrou um desejo intenso de se engajar mais ativa e expressivamente na construção das diretrizes políticas necessárias para a construção dos caminhos que julga necessários para um futuro digno e de realizações para nosso país.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

Em meio à dinâmica complexa de movimentos, lutas e resistências que testemunhamos nesse segundo turno, as redes sociais passam a atuar como uma extensão do espaço público de disputa de sentidos e mobilização, de forma complementar e indissociável às lutas das ruas. As redes são também ruas. E as ruas são reverberadas nas redes. Ruas e redes passam a se constituir como dimensões indissociáveis da participação cidadã brasileira e o movimento de Educação Popular em Saúde precisa explorar as possibilidades, aprender com as inovações e estudar, com atenção, as novas fronteiras e oportunidades que aí se abrem.

O resultado eleitoral de 2026 demonstra, de forma tácita e incontestável, a centralidade do debate em torno da participação social na vida pública e na agenda política brasileira. Uma participação que se compõe desde o concreto vivido e a convivialidade nos territórios. Uma participação que se dá também e expressivamente pela coragem, capacidade de leitura crítica da realidade e resistência altiva e propositiva da juventude. A Educação Popular, que, em alguma medida, foi um pouco desprezada pelo campo democrático e popular nos anos 2000 e 2010, sobretudo pelas aristocracias dirigentes de parte dos partidos progressistas, passou a ser revalorizada após o Golpe de 2016, voltando a ter um papel central e decisivo na vida pública do país e nos rumos da construção política da nação.

O fazer educativo popular pode ser, aparentemente, "muito micro" para alguns aristocratas do campo progressista, mas é a partir dele que se dá uma conexão empática profunda entre as pessoas e abrem-se caminhos para produção de encontros e de experiencias de diálogo e de engajamento comunitário a partir do qual se constroem inéditos-viáveis na área da saúde.

No momento atual, de vitória para o campo democrático e popular, mas sobretudo de novos horizontes e desafios, abrem-se mais possibilidades e, com elas, mais desafios para o fazer propositivo, crítico e contributivo da Educação Popular na política brasileira. Que saibamos empreender, nos próximos tempos, esforços de reflexão, elaboração e proposição pujantes para contribuir decisivamente na construção da democracia em nossa nação. Oxalá as lideranças dos grupos políticos progressistas saibam escutar a mensagem nítida do povo nas redes e nas ruas, inclusive considerando a evidente revolução digital que tem sinais nítidos e expressivos de positividade e de aprendizado relevante.

Conclui-se que o fortalecimento do projeto democrático exige do Estado e dos formuladores de políticas públicas o exercício permanente da escuta sensível e do diálogo horizontal com a sociedade civil. A Educação Popular em Saúde reafirma-se, assim, como uma concepção teórica e pedagógica indispensável para apreender as demandas populares, superar o burocratismo e construir coletivamente respostas qualificadas e emancipatórias paras as reais necessidades da população.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

5. Considerações Finais

O tempo presente é campo de possibilidades e de ação transformadora. A Educação Popular em Saúde apresenta-se como um processo educativo, com mediações culturais, científicas, políticas, comunicacionais e relacionais singulares, capazes de colaborar com a constituição de movimentos, práticas, trabalhos e experiencias que deem vazão a tais possibilidades e à ação transformadora de contextos permeados pela opressão, pela injustiça social ou pelo mesmo aprimoramento e aperfeiçoamento da ação de políticas públicas.

A trajetória da Educação Popular em Saúde reafirma a inviabilidade de qualquer ação pedagógica ou sanitária neutra e alienada das determinações históricas. O trabalho militante, docente e profissional nos serviços de saúde exige presença firme no chão concreto dos territórios, promovendo a escuta atenta, o apoio incondicional e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e coletivos em situação de vulnerabilidade. O cuidado à saúde não se restringe ao manejo biológico; articula-se dialeticamente com a luta pela soberania alimentar, pelo trabalho digno, pela preservação ambiental e pelo direito à cidade, entre outros.

A construção de condições para um futuro genuinamente democrático depende da capacidade da sociedade organizada em intervir criticamente sobre o tempo presente. Reafirma-se que a esperança não é um estado contemplativo, mas uma postura ativa — um 'esperançar' freiriano que se materializa no trabalho diário de base, na solidariedade comunitária e na defesa intransigente das instituições públicas.

Ao assumir o tempo presente como um espaço fértil de possibilidades, a Educação Popular em Saúde renova o seu compromisso histórico de ser vetor de transformação social, na utopia concreta de edificar um Brasil soberano, solidário e com uma agenda pública civilizatória, permeado necessariamente por uma construção que leva em conta o concreto vivido pelas pessoas em seus territórios e que constrói o tear de suas ações por meio de uma convivialidade fraterna, dialógica e propositiva delineada com as pessoas, tendo como intencionalidade política explícita e inegociável o horizonte social muito bem nominado pelo professor e educador popular Alder Júlio Ferreira Calado (2014), o de uma sociedade politicamente igualitário, economicamente justa e socialmente solidária.

A Educação Popular permite a constituição de experiencias e processos que nos possibilitam vislumbrar exercícios cotidianos de ver tal utopia em ato, paulatinamente colocando um tijolo sobre o outro, em um grande mutirão de sonha-ação intensa e dedicada de uma vida com felicidade, dignidade e realizações para todas as pessoas, onde as iniquidades e as vulnerabilizações jamais sejam toleradas e possam ser continuamente superadas e enfrentadas pela ativação constante do rico repertório cultural, educativo e tecnológico acumulado pelas próprias camadas populares, potencializado em sua relação de complementariedade com uma

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18653

aplicação edificante e construtiva do saber científico. Saberes que se enlaçam dialeticamente para produzir condições para o bem viver.

Referências

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: Cruz PJSC, Vasconcelos ACCP, Sousa LMP, Tófoli AMMA, Carneiro DGB, Alencar IC, organizadores. Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB; 2014. p. 355-75.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; SILVA, José Carlos da; DANIELSKI, Kellin; BRITO, Pedro Nascimento Araujo. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação,** v. 28, e230550, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.230550.

FERREIRA, Eulina Pereira. Educação popular, participação e promoção da saúde : saberes e práticas [recurso digital: E-book]. – João Pessoa : Editora do CCTA, 2025. 125p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.

LOPES, Palmira Sérgio. Práticas populares de cuidado, ação comunitária e promoção da saúde: experiências e reflexões [recurso eletrônico]. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

MELO NETO, José Francisco de. Educação popular - uma ontologia. In: MELO NETO, José Francisco de; SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira (Orgs.) Educação Popular – outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p. 31-74.

Conflito de interesses: O autor declara que não há conflitos de interesse financeiros, pessoais ou institucionais no desenvolvimento e na publicação deste manuscrito.

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Utilizou-se da tecnologia de inteligência artificial, através do aplicativo Gemini, para a revisão da versão final do manuscrito quanto ao uso da língua portuguesa e questões de coesão e coerência narrativa.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.